

REQUERIMENTO Nº DE 2016 - CSF

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater os efeitos da aprovação do PLC 14/2015 - Marco Legal da Primeira Infância, pelo Plenário do Senado Federal, bem como os dispositivos a serem regulamentados pelo Poder Executivo, de modo a garantir a formação integral de crianças de zero a seis anos.

Os convidados serão informados à secretaria da Comissão Senado do Futuro oportunamente.

JUSTIFICAÇÃO

Após ampla discussão na Câmara dos Deputados, o PLC 14/2015, originário daquela Casa, foi aprovado pelo Plenário do Senado Federal no começo de fevereiro. O projeto traz inúmeras inovações, e entre elas define a primeira infância como o período até os seis anos de idade, prevendo atenção integral e proteção ao cidadão nessa faixa etária. Inova ainda ao prever que a criança deve ter sua opinião considerada na elaboração de políticas para a primeira infância, evidentemente levando em conta as peculiaridades da idade e suas formas de expressão próprias. Outros pontos destacáveis do projeto:

a) Tem como eixos a garantia da saúde, da educação, da alimentação e nutrição, a convivência familiar e comunitária, a cultura, o lazer e o brincar, o meio-ambiente, além da proteção contra qualquer forma de violência.

b) Prevê a construção de políticas públicas de forma articulada entre os entes federados, a sociedade civil, a família, a comunidade e as crianças.

c) Determina que a construção de políticas deve englobar o seu monitoramento e avaliação contínuo, preceito que tem sido apregoado pela Organização das Nações Unidas, pela UNICEF, entre outros organismos relevantes no contexto internacional.

d) No que diz respeito aos direitos das gestantes, também é significativo, ao prever o acesso ao planejamento reprodutivo, à atenção humanizada integral (direito ao parto natural, acompanhamento médico adequado, capacitação para a maternidade).

e) Visa garantir o acompanhamento por pessoa de sua escolha no pré-parto, parto e pós-parto imediato, como forma até mesmo de combater a violência obstétrica, problema crescente que assola às mulheres

f) Determina a busca ativa de gestantes que não realizarem ou abandonarem o pré-natal.

g) Prevê a identificação e prevenção dos casos de violência sofrida pela gestante ou pela criança, em mecanismo semelhante ao que já vem sendo utilizado por outros países: o sistema de saúde, em todas suas portas de acesso, deve questionar a mulher e/ou a criança sobre a ocorrência desses casos.

h) Desonera o registro de crianças, agilizando-o e retirando empecilhos que ainda persistem.

i) Determina que a criança será criada, preferencialmente, no seio familiar.

Tais inovações ensejarão mudanças de paradigmas em nossa sociedade, especialmente ao prever a paternidade corresponsável e ampliar os mecanismos de defesa das gestantes e das crianças na primeira infância. Igualmente, acreditamos que o Senado Federal pode contribuir com elementos para embasar as regulamentações necessárias à consecução dos direitos e garantias previstos no PLC aprovado. Por isso, consideramos oportuno que esta Comissão Senado do Futuro discuta os reflexos dessas mudanças, no que contamos com o apoio e participação das e dos Nobres Pares.

Sala da Comissão, de de

Senadora Fátima Bezerra
(PT - RN)